

Em busca do eldorado: a emigração portuguesa para o Brasil (1890-1930)

*Jorge Luís dos Santos Alves**

Os homens transitam do Norte para o Sul, de Leste para Oeste, de país para país, em busca de pão e de um futuro melhor.¹

Apesar da importância cultural, social, econômica e política da migração portuguesa, ela foi pouco estudada e analisada prevalecendo frequentemente a imagem da fraternidade luso-brasileira: dois povos separados pelo oceano, mas unidos pela história, pela língua e pelo contínuo fluxo migratório.² Esta imagem de fraternidade foi geralmente destacada pelas autoridades brasileiras e portuguesas tanto nas relações diplomáticas quanto nos intercâmbios culturais oficiais entre os dois países. Entretanto, o cotidiano do imigrante e suas relações com o elemento nacional não pode ser reduzido àqueles parâmetros, pois os fatores que favoreciam a integração eram acompanhados pelo conflito e pelo estereótipo.³

O período compreendido entre 1870 e 1914 assinala o grande deslocamento migratório europeu para a América e a Austrália. Proveniente da Europa Mediterrânea ou da Europa centro-oriental, esta vaga migratória está relacionada à aceleração do crescimento demográfico, ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção e, em menor escala, às perseguições políticas e religiosas como os "pogroms" promovidos contra os judeus no Império Russo. Entretanto, a migração européia neste período não teria atingido tais proporções se não fosse beneficiada por determinados fatores favoráveis à mobilidade intercontinental: a navegação a vapor que reduziu a viagem marítima e a expansão das redes ferroviárias tanto na Europa quanto na América.⁴

Portugal compartilha desta situação mas guarda determinadas peculiaridades. Embora a migração portuguesa para o Brasil fosse corriqueira desde o período colonial, a emigração em massa cresceu paulatinamente ao longo da segunda metade do

século XIX e explodiu na última década, prosseguindo até a irrupção da Primeira Guerra Mundial. Após o decréscimo causado pela guerra, voltou a crescer a partir de 1919. Portanto, no período de 1890-1930 podemos periodizar a emigração portuguesa para o Brasil em dois tempos: o primeiro de 1890 a 1914, enquanto o segundo se estende do imediato pós-guerra adentrando a década de vinte.

No primeiro período a emigração é impulsionada pelo agravamento do declínio econômico de Portugal e pelo acirramento das tensões político-sociais (fracasso da Regeneração, campanha republicana). É a "primeira exasperação migratória" portuguesa, denominação cunhada por Joel Serrão para destacar a sangria humana ocorrida especialmente entre 1904 e 1914 (452.144 emigrantes legais).⁵ A grande maioria dos emigrantes era proveniente das regiões do norte e noroeste de Portugal (Beira, Douro, Minho, Trás-os-Montes). Estas áreas caracterizavam-se pelo minifúndio, por uma alta densidade demográfica e pela escassez de trabalho fora da agricultura. Por volta de 1890, a situação de pobreza dos camponeses e artesãos rurais foi potencializada pela praga da filoxera que assolou os vinhedos e destruiu a vitivinicultura, principal base econômica do Douro e do Minho, agravando a crise agrária.⁶ Iniciava-se uma conjuntura de crise tanto política quanto econômica (1890-1892) que explicitou a fragilidade tanto da economia quanto da monarquia portuguesa.

A crise política estava relacionada ao ultimato britânico de 11 de janeiro de 1890 relativo às colônias portuguesas na África. Tornava-se patente o anacronismo da política colonialista de Portugal frente às grandes potências europeias (Alemanha e Inglaterra) que estas buscavam ampliar seus domínios na África Austral às custas dos territórios portugueses de Angola e Moçambique. Somava-se a isto o descalabro financeiro, pois o sucesso da política econômica da Regeneração pautara-se no déficit do orçamento público apoiado no endividamento externo. A precariedade desta política ficou demonstrada com a falência do principal agente financeiro do governo português, o Banco Barings, ao mesmo tempo em que ocorria a desvalorização da moeda brasileira na

praça de Londres devido à queda do preço do café e à instabilidade política.⁷

Desta forma, apesar das invectivas de intelectuais como Alexandre Herculano e Oliveira Martins, a emigração tornou-se um meio quase que miraculoso para garantir a sobrevivência da população. Além disso, ela proporcionou às combalidas finanças portuguesas um expediente inestimável para equilibrar o déficit da balança de pagamentos. Através das remessas de dinheiro e dos negócios feitos pelos emigrantes portugueses na América, eram cobertos o serviço da dívida externa e interna, o déficit comercial e implementado uma série de inversões que, de outra forma, tornariam Portugal uma nação inviável. Contudo, este mecanismo não retirava Portugal da teia de fatores que impulsionava a emigração, pois não solucionava a precariedade da estrutura econômica e social do país e servia para reforçar o próprio caráter estrutural de fenômeno emigratório.

Embora os portugueses tenham emigrando para os Estados Unidos (principalmente os açorianos) e Argentina, o destino principal continuou sendo a antiga colônia americana - o Brasil - visto como o eldorado por aqueles que não tendo perspectivas no torrão natal buscavam a ascensão econômica e social no outro lado do Atlântico. A atração pelo Brasil explicava-se por uma conjunção de fatores favoráveis que iam da língua comum e dos laços históricos, passando pelas oportunidades econômicas e culminava com a existência de uma rede de relações familiares e comunitárias que facilitavam a inserção do emigrante adventício no país.

Existiam, entretanto, em Portugal, críticas e reações à emigração para o eldorado brasileiro. Em 1913, o jornal português *A Capital* identificava no Brasil não o paraíso, mas o *matadouro* e o *cemitério* dos emigrantes que fugiam da morte. Uma situação vexaminosa que ameaçava a própria existência de Portugal enquanto nação:

É preciso acabar com esta situação. Portugal despovoou-se. Aos sentimentos de humanidade ligam-se os interesses nacionais. É preciso criar riqueza, fornecer trabalho. Se o não fizermos, caminhamos todos para a morte, como as levas dos emigrantes que já se dirigem ao desconhecido, não como para um Eldorado, mas como para um túmulo.⁸

Mas a persistência de uma estrutura econômica arcaica, do conservadorismo social e o fracasso da Primeira República não permitiu a diminuição da emigração apesar das leis restritivas na América e do ambiente político conturbado no Brasil na década de vinte. Os anos dez em Portugal foram marcados por um baixo crescimento demográfico (cerca de 1%) devido à fome, à guerra e à emigração refletidos nos censos de 1911 (5 960 056 habitantes) e 1920 (6 032 991 habitantes).⁹ Entre 1919 e 1930, o total de migrantes portugueses com destino ao Brasil atingiu 337.723, embora ocorresse uma redução gradual pela opção brasileira: 66,9% para o período 1921-1930, contra 93% entre 1891-1900, 92,8% entre 1901-1911 e 77,8% entre 1912-1920.¹⁰

O sentimento do emigrante ao partir da sua terra natal rumo a um local desconhecido onde pudesse realizar o seu sonho de ascensão social foi bem descrito, no caso português, por José Maria Ferreira de Castro. Autor de "A Selva" e "Os Emigrantes", Ferreira de Castro migrou para o Brasil com doze anos de idade, fato que marcou indelevelmente a sua vida pessoal e as suas obras literárias. Em "Os Emigrantes" Ferreira de Castro relata as desventuras de Manuel da Bouça como o protótipo do emigrante português que embarca em busca do "ouro do Brasil". Com este objetivo, Manuel abandona a mulher, a filha e a pequena propriedade rural de onde tirava o sustento. Esta acaba perdida ao não ser paga a hipoteca que lhe garantiu a compra da passagem. Para Ferreira de Castro o Brasil era uma miragem atávica no português, algo que vinha de gerações imemoriais mas que, também, podia ser vista nas benfeitorias e palacetes construídos por aqueles migrantes que perseveraram e venceram no ultramar. Imagem que fascinava e amedrontava toda uma nação:

Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbrantes e vidas liberadas (...) Vinha já dos bisavós, de mais longe ainda; coisa que se herdava e legava (...) Todas as gerações nasciam já com aquela aspiração, que se fazia incômoda quando não se realizava...¹¹

A miragem dissipava-se na dura realidade dos trópicos: o desemprego, a exploração, a vergonha de não enriquecer e a saudade da terra natal. Ao final, Manuel da Bouça, como tantos outros emigrantes, concluía desiludido que estava mais pobre do que quando partira de Portugal. Os únicos beneficiários com a sua decisão de migrar foram os agenciadores e os usurários.

Apenas no período de 1890-1930, pouco mais de um milhão de portugueses migraram para o Brasil, constituindo a segunda maior colônia de estrangeiros após a italiana. Ao contrário destes que se disseminaram pela área rural e concentraram-se na região centro-sul, em especial São Paulo, os portugueses concentraram-se em sua maior parte, mas não de forma exclusiva, na área urbana e pontilharam o país com a sua presença.

O censo de 1920 apontou 433.577 portugueses residentes no Brasil, sendo 299.198 homens e 142.379 mulheres. Mas esta estatística, e a dos censos anteriores, podem ser inferiores à realidade. Segundo Muralha, o número de portugueses seria superior a um milhão e chegaria a mais de dois milhões não fosse a lei de naturalização de 1889.¹² Apesar do exagero do autor, o fato é que a estatística sobre a entrada e a saída de imigrantes no Brasil é alvo de várias interpretações, especialmente a portuguesa pelo caráter muitas vezes ilegal que esta assumiu. Relacionamos na tabela abaixo as cinco capitais estaduais com o maior número de portugueses de acordo com o censo de 1920¹³:

Capital	População	Imigrantes portugueses	Percentual de imigrantes portugueses
Rio de Janeiro	1.157.873	172.338	14,98 %
São Paulo	579.033	64.678	11,17 %
Belém	236.402	12.083	5,11 %
Niterói	86.238	9.488	11,00 %
Manaus	75.704	6.097	8,05 %

Todas, com exceção de São Paulo, apresentavam a predominância do imigrante português e o domínio do comércio por elementos desta nacionalidade. Este fato que gerou inúmeros conflitos entre portugueses e brasileiros, pois enquanto os italianos dedicaram-se principalmente à lavoura cafeeira, os portugueses reafirmaram o seu monopólio nas atividades do pequeno comércio urbano ou ingressaram na massa operária em formação nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, ocupando espaço no limitado mercado de trabalho urbano da época. O fenômeno foi percebido pelos contemporâneos haja vista as acusações de parasitismo social lançadas aos portugueses pelos nacionalistas lusófonos. A figura do taberneiro e do vendeiro de origem portuguesa bronco, analfabeto e adulterador do peso tornou-se lugar comum na imprensa anti-lusitana, especialmente nos momentos de agravamento da crise social (última década do século XIX, segunda metade da década de dez até o início da década de vinte).

Vejamos o caso de Manaus e Belém no início da década de vinte, quando estas duas cidades sofriam depressão econômica causada pela queda dos preços da borracha. Ambas apresentavam número razoável de portugueses, porém sua importância numérica era desproporcional à importância econômica. Em Manaus os portugueses eram acusados de controlar o comércio e de empregar quase que exclusivamente os seus conterrâneos. O mesmo ocorria na Manaus Harbour (em 314 empregados apenas 21 eram brasileiros), na Manaus Tramways, na administração pública e na imprensa; não deixando espaço ao capitalista e ao trabalha-

dor nacional: "Nós aqui, na Amazônia, em Manaus e em Belém, vivemos asfixiados pelos portugueses."¹⁴ Em Belém registravam-se em 1919-1920 protestos contra a colônia portuguesa, especialmente os "geleiros" que intermediavam o comércio de pescado. Oscar Abrantes descrevia a cidade como dominada pelos portugueses:

Eles são na cidade uns 60 mil indivíduos e se julgam os donos, os senhores disto aqui (...) o português não planta, não pesca, fica na cidade encarando vida e não faz outra coisa, no litoral das cidades, a não ser o de intermediário das vendas do agricultor e do pescador paraenses (...) um remédio pronto e eficaz porá termo à espessa atmosfera social do Pará, é a realidade do projeto Camilo Prates, nacionalizando o comércio.¹⁵

Esta percepção do português, principalmente daquele dedicado ao comércio, era constantemente utilizada para identificá-lo como um imigrante indesejável, pois em vez de seguir para o campo e cultivar a terra ficava nas cidades especulando com os gêneros alimentícios, alugando habitações por preços exorbitantes e praticando a agiotagem. Em suma, o português explorava e parasitava o trabalhador nacional que desta forma definhava na sua própria pátria.

Embora a colônia portuguesa fosse diversificada social e economicamente, incluindo agricultores, pescadores, intelectuais e comerciantes, este último grupo constituiu o estereótipo do migrante português: analfabeto, submisso, inimigo do progresso e amigo da rotina; sua única ambição era o enriquecimento, não medindo esforços para realizá-la.

É o termo consagrado. Estabelecer-se quer dizer montar uma baiúca qualquer; quitanda ou taberna, espelunca ou bordel, em o qual esse expatriado forma como uma aranha a teia de sórdida especulação onde irremediavelmente vai cair e emaranhar-se o brasileiro.¹⁶

Esta imagem depreciativa concorria com outra que procurava valorizar a mão-de-obra lusa: o português era obediente, trabalhador, apolítico, o imigrante ideal para a ordem social vigente que reprimia de forma rigorosa qualquer reivindicação do mundo do trabalho. Esta imagem era vulgarizada tanto pela colônia quanto pelas autoridades portuguesas que procuravam enquadrar as qualidades positivas do trabalhador luso dentro daqueles parâmetros: "O imigrante português é honesto, trabalhador, sóbrio, ordeiro tolerante, arrojado e caritativo."¹⁷

Como observa Maria Beatriz Nizza da Silva, a elite intelectual da colônia portuguesa procurava matizar a imagem negativa do "comerciante enriquecido e do pobre trabalhador analfabeto" e valorizar a sua própria presença perante as elites brasileiras. Com este objetivo buscavam unir os migrantes em torno da nacionalidade e da identificação lusitana representados pelas idéias de raça, pátria e união.¹⁸ Contudo, este propósito era ameaçado por elementos divisionistas: monarquistas convictos, republicanos desiludidos, carbonários e, principalmente, pelos luso-brasileiros. Sob esta denominação Ricardo Severo identificava o grupo mais numeroso da colônia, aquele preocupado exclusivamente com os seus interesses individuais e que olvidavam as suas obrigações de cidadãos portugueses mesmo vivendo no ultramar.¹⁹ Encontramos o mesmo tom em Carlos Malheiro Dias quando exalta o trabalho do migrante português e o coloca como continuador da obra dos desbravadores da época colonial:

A colônia portuguesa é essa multidão anônima, sofredora, laboriosa, que não luz em festas, que nada reclama: essa multidão, ativa como o oceano, que desde os seringais do Madeira aos litorais do Rio Grande do Sul, afrontando as inclemências da luta pela vida, mudamente continua a obra heróica dos antepassados, dos desbravadores do sertão e dos povoadores do solo.²⁰

Desta forma, Malheiro Dias constrói uma imagem do imigrante português que minimiza o conflito e a diferença (pois a colônia tem ricos e pobres, mas todos são expatriados), enxer-

gando apenas a existência de uma massa trabalhadora que, apesar de sofredora, de nada reclamava e participava ativamente no progresso do Brasil, país ao qual estava ligada por laços históricos imemoriais.

A necessidade de manter a identidade cultural e defender os seus interesses particulares como sendo de toda a colônia levou a elite econômica e intelectual da colônia portuguesa (principalmente na cidade do Rio de Janeiro) a organizar associações, clubes e sociedades de assistência; fundar jornais e patrocinar obras literárias que defendessem o seu ponto de vista. Na cidade do Rio de Janeiro esta elite era composta por intelectuais como Malheiro Dias, João de Barros e Mário Monteiro que mantinham uma atuação destacada tanto nas publicações da colônia quanto nas brasileiras, nas instituições culturais (os gabinetes de leitura e os liceus) e nas efemérides luso-brasileiras (independência do Brasil, celebração do dia de Camões). Polemizaram inúmeras vezes com os nacionalistas lusófobos defendendo a comunhão de interesses entre Brasil e Portugal. Neste mister, contaram com o auxílio de intelectuais brasileiros como Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, João do Rio, Afrânio Peixoto e Graça Aranha.

Já os homens de negócio portugueses (Visconde de Moraes, Conde de Agrolongo, Albino Sousa Cruz, Candido Sotto Mayor, José Rainha da Silva Carneiro, Zeferino de Oliveira; apenas para citar aqueles radicados no Rio de Janeiro) envolvidos no comércio de importação, nas finanças e na indústria constituíam um importante grupo de pressão sustentando financeiramente as instituições assistenciais e culturais portuguesas (Caixa de Socorros de Dom Pedro V, Beneficência Portuguesa, Real Gabinete Português de Leitura, Liceu Literário Português), patrocinando obras históricas (como a *História da Colonização Portuguesa no Brasil*) e a imprensa pró-lusitana.

Entre as instituições portuguesas destacamos o Liceu Literário Português da cidade do Rio de Janeiro como exemplo das atividades e preocupações da colônia com a melhoria da instrução do emigrante. Fundado em 1868, o Liceu ofereceu desde o seu início cursos gratuitos para alunos de qualquer nacionalidade, cor, crença ou idade. Cerca de 50.000 alunos tinham frequentado

o estabelecimento até 1926. Neste ano eram oferecidos cursos de Português, Francês, Inglês, História, Geografia, Aritmética, Geometria, Álgebra, Náutica, Desenho, Caligrafia, Datilografia, Escrita comercial e de ornatos e figura.²¹

As acusações de venalidade e "lusophilia" da imprensa carioca eram um dos pontos mais ressaltados pelos lusófonos para mostrar a intromissão dos interesses lusitanos nos negócios do país. Em 1895, "O Nacional" pedia a nacionalização da imprensa por advogar os interesses portugueses e empregar redatores daquela nacionalidade, principalmente o "Jornal do Commercio".²² Em 1921, "Gil Blas" renovava as mesmas acusações atacando João do Rio, proprietário de "A Pátria":

*A Pátria de João do Rio - é bom que se proclame alto e bom som esta verdade, - não é mais órgão da colônia portuguesa do que O Paiz ou o Jornal do Comércio, A Razão ou O Jornal.*²³

João do Rio (Paulo Barreto) tornou-se o alvo preferencial dos lusófonos entre 1920-1921 devido a sua posição de crítica ao que chamava de "moda jacobina" e à nacionalização da pesca efetuada pelo governo Epitácio Pessoa, cujo resultado foi a saída dos pescadores portugueses: os "poveiros".²⁴ Acusado de ter fundado "A Pátria" com capitais fornecidos pela colônia portuguesa, João do Rio dedicou-se, segundo os seus adversários jacobinos, a achincalhar o Brasil.

*Uma poliantéia diária em homenagem a Portugal. Ao mesmo tempo, ataques ao governo brasileiro, coisa que sempre agrada à portuguesada, porque a colônia portuguesa no Brasil é um elemento anárquico, é inimigo nato, permanente de todo é qualquer governo nacional.*²⁵

O funeral de João do Rio em junho de 1921 constituiu um momento de manifestação dos laços de solidariedade e de identidade lusitana, pois reuniu um grande número de associações portuguesas, o que incluía desde as personalidades até os humildes imigrantes, no momento em que a colônia se sentia hostilizada

pelos atos do governo (nacionalização da pesca) e, principalmente, pelos grupos nacionalistas xenófobos reunidos em torno da Propaganda Nativista e da Ação Social Nacionalista.

Finalizamos este trabalho abordando uma das principais figuras da colônia portuguesa do Rio de Janeiro nos anos dez e vinte. O Visconde de Moraes é apresentado por Pedro Muralha como o modelo de emigrante português bem sucedido. Mas a riqueza por ele acumulada não é o único traço que o engrandece na visão daquele jornalista. O fato é que, apesar da riqueza acumulada e do poder que exerce, o Visconde de Moraes não perdera as raízes e as características do ser português: a honradez, a inteligência e o trabalho. Além de participar de inúmeros empreendimentos financeiros, como o Banco Português do Brasil e a Companhia da Cantareira, o visconde desenvolvia uma intensa atividade filantrópica (Centro Trasmontano, Beneficência Portuguesa, Caixa de Socorros Dom Pedro V) e cultural (Real Gabinete Português de Leitura). Sua ação não se restringia à colônia portuguesa mas beneficiava igualmente a sua pátria de adoção construindo habitações higiênicas na rua do Riachuelo ou edificando, em São Cristóvão, o Bairro Santa Genoveva (1918) com 118 moradias.²⁶

Arquétipo do emigrante português, Visconde de Moraes, que chegara ao Brasil nos idos de 1860, não esquecerá os laços que o prendiam a Portugal. Era portanto, um patriota que unia a colônia e dignificava a "raça" encaixando-se naquela imagem de imigrante elaborada por Malheiro Dias. Por outro lado, ele era exemplo também das vantagens e benefícios que a utilização da mão de obra portuguesa realizava no Brasil prosseguindo o que fora iniciado desde o século XVI com a colonização. O visconde conseguira conquistar o "seu" eldorado brasileiro.

Notas

- 1 Ferreira de Castro - *Emigrantes*. Guimarães & Cia. Editores, 22^a ed., Lisboa; 1983, p. 13.
- 2 Para o estudo da imigração portuguesa no Brasil ver Maria Beatriz Nizza da Silva - *Documentos para História da Imigração Portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras/Editorial Nórdica, 1992., pp. XIII -XIV. A participação portuguesa na cultura e na sociedade brasileira no século XX é enfatizada por Eulalia Maria Lahmeyer Lobo - *Portugueses em Brasil en el siglo XX*. Madrid: Editorial Mapfre, 1994.
- 3 As rivalidades e conflitos entre brasileiros e portugueses na disputa pelo mercado de trabalho são analisadas por Gladys Sabina Ribeiro - "*Cabras*" ou "*Pés-de-chumbo*": os rolos do tempo. *O anti-lusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Niterói: ICHÉ/UFF. Dissertação de mestrado, 1987, 2 v.
- 4 Walter Nugent - *Crossings. The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914*. Indianapolis: Indiana University Press, 1995, pp. 11-15.
- 5 Joel Serrão - *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 4^a ed., 1982, p. 34.
- 6 Ann Marie Pescatello - *Both Ends of the Journey: An Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. Los Angeles: University of California, 1970, p. 46 e pp 69-70.
- 7 Manuel Villaverde Cabral - *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2^a ed., 1988, pp 30-34.
- 8 *A Capital*, 9.2 1913, apud Antonio Carlos Moreira Telles - *A Emigração portuguesa para o Brasil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913, pp 3-4.
- 9 António Henrique de Oliveira Marques - *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2^o ed., 1975, pp 13-16.
- 10 Serrão, op. cit., p. 43.
- 11 Ferreira de Castro, op. cit., pp. 32-33.
- 12 Pedro Muralha - *Portugal no Brasil*. Lisboa: Tipografia Luso-Grafica, 1927, p.p 80-82. Entre as causas citadas para uma possível falha na contagem dos imigrantes portugueses estaria o analfabetismo e o receio de pagar impostos.
- 13 Os dados do censo de 1920 foram extraídos de Neide Patarra - "Dinâmica Populacional e Urbanização do Brasil: o período pós-30". In: Boris Fausto (org.) - *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 4, São Paulo: Difel, 1984, p. 262 e Pedro Muralha, op. cit., p. 83.
- 14 "Correspondência do Amazonas", *Gil Blas* (47), 1.1.1920.
- 15 "Novo insulto ao Pavilhão brasileiro", *Gil Blas* (58), 18.3.1920.
- 16 "Como o portuguez enriquece". *O Nacional*, 29.2.1896, p. 1
- 17 Pedro Muralha, op. cit., p. 83.
- 18 Maria Beatriz Nizza da Silva - *Documentos para História da Imigração Portuguesa no Brasil. (1850-1938)*, p. 124.
- 19 Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio, Indústria e Arte de São Paulo. São Paulo, Ano I, n^o 5, maio de 1916, p.p 5-6 apud Maria Beatriz Nizza da Silva, op. cit., p.p 125-126.
- 20 Portugal e Brasil. Discurso de Malheiro Dias em homenagem a Paulo Barreto. 6.9.1919, p. 15-16 apud Maria Beatriz Nizza da Silva, op. cit., p. 126.
- 21 Cf. Pedro Muralha, op. cit., pp 160-166.
- 22 A nacionalização da imprensa foi um tema constante nas edições de 14, 17, 21, 24 e 28 de agosto de 1895 de *O Nacional*. O subtítulo desta publicação espelha o seu objetivo político: "órgão de propaganda contra o sebastianismo, o clericalismo e o estrangeirismo".
- 23 *Gil Blas* (125), 30.6.1921.
- 24 "A Moda Jacobina", *O Paiz*, 7.3.1920, pp. 3-4. Os "poveiros" saíram do Brasil por não aceitarem a naturalização como condição para continuar a explorar a pesca no país.
- 25 Antonio Torres - *As Razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro: A.J Castilho, 3^a ed., 1925, p. XXVII.
- 26 Pedro Muralha, op. cit., pp 271-274.

Bibliografia

- CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Editorial Presença, 2ª ed., 1988.
- CASTRO, Ferreira de - *Emigrantes*, Guimarães & Cia. Editores, 22ª ed., Lisboa; 1983.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer - *Portugueses en Brasil en el siglo XX*. Madrid: Editorial Mapfre, 1994.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira - *A Primeira República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2ª ed., 1975.
- MURALHA, Pedro - *Portugal no Brasil*. Lisboa: Tipografia Luso-Grafica, 1927.
- NUGENT, Walter - *Crossings. The Great Transatlantic Migrations, 1870-1914*. Indianapolis: Indiana University Press, 1995.
- PATARRA, Neide - "Dinâmica Populacional e Urbanização do Brasil: o período pós-30". In: FAUSTO, Boris (org.) - *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, v. 4, São Paulo: Difel, 1984.
- PESCATELLO, Ann Marie - *Both Ends of the Journey: An Historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal, 1889-1914*. Los Angeles: University of California, 1970.
- RIBEIRO, Gladys Sabina Ribeiro - "Cabras" ou "Pés-de-chumbo": os rolos do tempo. O anti-lusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Niterói: ICHP/UFF. Dissertação de mestrado, 1987, 2 v.
- SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 4ª ed., 1982.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *Documentos para História da Imigração Portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras/Editorial Nórdica, 1992.
- TELLES, Antonio Carlos Moreira - *A Emigração portuguesa para o Brasil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, 1913.

- TORRES, Antonio - *As Razões da Inconfidência*. Rio de Janeiro: A.J Castilho, 3ª ed., 1925.